



10° CNP: Relatório sintético de Propostas de âmbito nacional Aprovadas no COREP

CRP 18ª Região (MT)
06 e 07 de abril de 2019

Funcionário responsável do Regional: Jackeline Jardim Mendonça (jackmendonca@hotmail.com)

Relator da mesa diretora: Morgana Moreira Moura ((65)992354259)

Funcionário(s) responsável(is) do CFP:

- Ana Clara de Medeiros Araújo
- Cleonice Maria Campos Dorneles

O (im)pertinente compromisso social da Psicologia na resistência ao Estado de exceção e nas redes de relações políticas, econômicas, sociais e culturais.

Eixo #1: Organização democrática e representativa do Sistema Conselhos.

Quantidade de propostas: 10

Proposta 2 (18-E1-0002):

Promover ações junto ao Congresso Nacional sobre o Projeto de Lei nº 4364/2012, que altera a Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, incorporando os mecanismos democráticos em vigência no Sistema Conselhos de Psicologia visando sua tramitação e aprovação.

Proposta 3 (18-E1-0003):

Fortalecer os diálogos e agendas comuns entre o Sistema Conselhos de Psicologia e Sindicatos e Federação de Psicólogos (as), com o Congresso Nacional para fomentar a importância da aprovação da PL 1015/2015 que trata sobre o piso salarial dos profissionais de psicologia e a PL 511/2017 sobre a jornada de trabalho de 30 horas semanais para a categoria.

Proposta 5 (18-E1-0005):

O Sistema Conselhos de Psicologia, a ABEP – Associação Brasileira de Ensino de Psicologia e as entidades reunidas na FENPB - Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira devem promover urgentemente um amplo movimento de repúdio as tentativas de possibilitar a graduação em psicologia na modalidade EAD – Ensino à Distância, assim como a expansão das disciplinas a distância nos cursos de graduação, promovendo campanhas e debates sobre a natureza do saber psicológico, a diversidade e a complexidade da constituição da Psicologia enquanto Ciência.

Proposta 6 (18-E1-0006):

Que o Sistema Conselhos de Psicologia e a ABEP – Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, fortaleçam e ampliem espaços de diálogo junto ao MEC – Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação, sobre a abertura e validação dos cursos de formação na área da Psicologia, fortalecendo a construção junto as IES – Instituições de Ensino Superior dos planos políticos pedagógicos, considerando a atuação profissional da (o) psicóloga (o) em sua dimensão técnica, ética e política, problematizando a mercantilização e precarização do ensino, a atuação nas políticas públicas e relação teorias e prática profissional.

Proposta 13 (18-E1-0013):

Que o Sistema Conselho de Psicologia articule junto ao Ministério da Saúde a garantia da presença da (o) psicóloga (o) nas equipes multidisciplinares na estratégia de saúde da família e demais programas especializados.

Proposta 14 (18-E1-0014):

Rever junto a Agencia Nacional de Saúde - ANS as normas que regulamentam a saúde suplementar, a partir das necessidades de melhoria dos seguintes aspectos: autonomia dos (as) usuários (as) em buscar as (os) psicólogas (os) da saúde sem a necessidade dos encaminhamentos/autorizações médicas; autonomia das (os) profissionais para determinar a quantidade dos atendimentos e a definição de uma tabela unificada de honorários conforme a tabela do CFP.

Proposta 24 (18-E1-0024):

Intensificar o diálogo do Sistema Conselhos de Psicologia juntamente com a ABEP, com o Congresso Nacional para fomentar a importância da retomada das discussões sobre a PL 76/2011 que trata da obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica e discussões sobre a inserção da Psicologia na Educação Básica aos moldes da Psicologia Escolar e Educacional.

Proposta 32 (18-E1-0032):

Garantir que o Sistema Conselhos estabeleça diálogo/interlocuções psicólogos que trabalham com a saúde mental indígena.

Proposta 45 (18-E1-0045):

Que o CFP estabeleça diálogo junto a seguradora líder para que o acompanhamento psicológico das vítimas de trânsito seja coberto pelo prêmio do seguro DPVAT.

Proposta 94 (18-E1-0094):

Que o Sistema Conselho fortaleça a defesa da implantação e manutenção da Rede de Atenção Psicossocial, seguindo as diretrizes da luta antimanicomial e da reforma psiquiátrica considerando a lei 10.216/2001.

Eixo #2:O diálogo da Psicologia com a sociedade brasileira e suas relações com a democracia e direitos humanos.

Quantidade de propostas: 10

Proposta 41 (18-E2-0041):

Que o Sistema Conselho de psicologia amplie o debate, juntamente com órgãos de trânsito e instituições afins sobre a importância da acessibilidade para obtenção da CNH e mobilidade humana no sistema de trânsito para as pessoas com deficiência.

Proposta 49 (18-E2-0049):

Que o Sistema Conselhos de Psicologia viabilize junto à sociedade espaços para diálogos e campanhas de sensibilização sobre como contextos políticos, sociais e culturais agem como produtores de sofrimento psíquico.

Proposta 51 (18-E2-0051):

Que o Sistema Conselho mantenha e intensifique seus posicionamentos públicos sobre questões dos direitos humanos, através de participação em audiências públicas, emissão de notas técnicas de apoio e repúdio, elaboração de materiais sobre fenômenos contemporâneos, tais como, suicídio, autolesão, violência e violações de direitos, bullying, gênero e sexualidade, áreas de atuação profissional, entre outros, pautado no suporte científico com compromisso ético e social na garantia dos direitos fundamentais.

Proposta 56 (18-E2-0056):

Que o Sistema Conselho promova debate sobre a despatologização das identidades trans, a fim de fortalecer a cidadania da população de travestis, transexuais e demais identidades trans promovendo a resolução 01/2018, além de intensificar a defesa das Resoluções 01/99 e 18/2002.

Proposta 58 (18-E2-0058):

Que o Sistema Conselho mantenha um posicionamento em defesa dos direitos humanos, discuta amplamente com a categoria e a sociedade questões referentes a raça, gênero, LGBTQI+, classe, pessoa com deficiência, população em situação de rua, indígena, quilombola, ribeirinhas, usuários de álcool e outras drogas, violências e violações de direitos e se articule nestes temas com debates de pesquisadores e movimentos sociais.

Proposta 59 (18-E2-0059):

Que o Sistema Conselho, em parceria com as entidades do FENPB e demais entidades de saúde mental, reafirme os princípios da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, junto ao Ministério da Saúde defendendo um modelo de tratamento organizado por uma política pública de saúde mental que se oriente pelas premissas dos direitos humanos; pautado na lei 10.216/2001

Proposta 63 (18-E2-0063):

Que o Sistema Conselho s torne permanente as comissões de Direitos Humanos e criem e/ou mantenham as comissões de Políticas Públicas, Relações Étnico-Raciais e Gênero e Diversidade Sexual.

Proposta 86 (18-E2-0086):

Que o Sistema Conselhos juntamente com a FENPB E FENAPSI amplie e intensifique discussões de temas relacionados a laicidade na psicologia e defesa dos direitos humanos na prática profissional .

Proposta 105 (18-E2-0105):

Orientar acerca do papel da Psicologia Escolar e Educacional para a sociedade e fomentar a inserção dos psicólogos neste contexto

Proposta 107 (18-E2-0107):

Intensificar a articulação do Sistema Conselhos junto a ABEP, para a efetivação das diretrizes curriculares nacionais que contemplem as relações étnico-raciais, de acordo com as leis 10.639/2003 e a 11.645/2008, reforçando a necessidade de discussão de políticas públicas e direitos humanos.

Eixo #3:Do exercício Profissional.

Quantidade de propostas: 10

Proposta 44 (18-E3-0044):

Realizar pesquisas por meio do CREPOP e sua divulgação sobre o atendimento online, identificando a eficácia e a qualidade do serviço prestado.

Proposta 47 (18-E3-0047):

Promover campanhas junto a sociedade para orientar/divulgar sobre as diversas áreas/práticas da Psicologia, tratando da valorização, sensibilização e desmistificação acerca do fazer da (o) psicóloga (ao), diferenciando-a de outras áreas/atuações como PIC's, práticas terapêuticas alternativas e complementares, sempre respeitando e promovendo os direitos humanos.

Proposta 53 (18-E3-0053):

Que o Sistema Conselhos amplie o debate sobre as temáticas: questões de classe, etnia, raça, gênero, orientação sexual, entre outros aspectos que estão relacionados com a violação de direitos, auxiliando na orientação do exercício profissional pautado na emancipação psicossocial das populações vulnerabilizadas.

Proposta 55 (18-E3-0055):

Construir notas técnicas referenciais a partir do CREPOP para atuação dos profissionais em comunidades tradicionais: povos quilombolas, ribeirinhos, de terreiros e indígenas.

Proposta 85 (18-E3-0085):

Organizar material orientativo acerca dos meios de publicidade dos serviços e práticas psicológicas.

Proposta 87 (18-E3-0087):

Regulamentar o termo psicoterapia como prática exclusiva do/a psicóloga (o).

Proposta 88 (18-E3-0088):

Estabelecer o uso adequado da avaliação psicológica pelos profissionais e nos editais de concursos públicos, respeitando a Resolução 09/2018.

Proposta 90 (18-E3-0090):

Que o Sistema Conselho notifique as instituições governamentais, quanto a obrigatoriedade de se ter psicólogos na composição de equipes, respeitando as tipificações das políticas públicas.

Proposta 96 (18-E3-0096):

Fomentar junto ao FENPB a criação de núcleos Regionais da ABEP, fortalecendo a institucionalidade da ABEP em nível nacional.

Proposta 102 (18-E3-0102):

Realizar ações referentes às possibilidades de regulamentação do dimensionamento de profissionais na escola e contexto hospitalar.

Presidente da mesa (Alcindo José Rosa)

Relator(a) da mesa diretora (Morgana Moreira Moura)

Funcionário(a) responsável do regional (Jackeline Jardim Mendonça)

Funcionário(a) do CFP (Ana Clara de Medeiros Araújo)

Funcionário(a) do CFP (Cleonice Maria Campos Dorneles)

Cuiabá, 07 de abril de 2019 às 15:59.